



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALANA MIRELLA CUNHA FELIX

A ECOGOVERNAMENTALIDADE COMO CHAVE DE LEITURA DA QUESTÃO
AMBIENTAL

RECIFE

2023

ALANA MIRELLA CUNHA FELIX

**A ECOGOVERNAMENTALIDADE COMO CHAVE DE LEITURA DA QUESTÃO
AMBIENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, sob a orientação do Profº Dr. Óscar Emerson Zúñiga Mosquera.

RECIFE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F316e

Felix, Alana Mirella Cunha
A ECOGOVERNAMENTALIDADE COMO CHAVE DE LEITURA DA QUESTÃO AMBIENTAL / Alana
Mirella Cunha Felix. - 2023.
41 f.

Orientador: Oscar Emerson Zuniga Mosquera.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, , Recife, 2023.

1. Ecogovernamentalidade . 2. Governamentalidade . 3. Questão ambiental . I. Mosquera, Oscar Emerson Zuniga,
orient. II. Título

CDD

ALANA MIRELLA CUNHA FELIX

A ECOGOVERNAMENTALIDADE COMO CHAVE DE LEITURA DA QUESTÃO
AMBIENTAL

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: 28/04/2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o Dr. Óscar Emerson Zúñiga Mosquera
Orientador (UFRPE - Departamento de Educação)

Prof^o Dr. Sergio Farias de Souza Filho
Examinador (UFRPE - Departamento de Ciências Sociais)

Prof^o Dr. João Evangelista Tude de Melo Neto
Examinador (UFRPE - Departamento de Ciências Sociais)

Quem, de três milênios,
Não é capaz de se dar conta
Vive na ignorância, na sombra
À mercê dos dias, do tempo
Johann Wolfgang von Goethe

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, amigos e colegas pelo apoio na realização deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador prof^o Dr. Óscar Emerson Zúñiga Mosquera pela confiança, incentivo e especial atenção em todo meu processo para a realização deste e de outros trabalhos.

Agradeço aos professores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Agradeço a todos que contribuíram indiretamente em meu processo de crescimento e conhecimento para que eu chegasse até aqui.

A todos, meu mais sincero agradecimento.

Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a discussão da problemática ambiental a partir da noção de ecogovernamentalidade como categoria de leitura. Fundamentando-se no conceito de governamentalidade já consolidado do filósofo Michel Foucault, a ecogovernamentalidade surge como categoria de análise para se falar dos crescentes desdobramentos que têm surgido, expandindo a analítica do poder para o campo ambiental, enfatizando a governança ambiental e as práticas políticas relacionadas ao meio ambiente. Tal noção é caracterizada por uma série de mecanismos e dispositivos que regulam e controlam as atividades humanas e seus impactos ambientais. Esses mecanismos incluem políticas, programas, projetos e iniciativas que visam promover a sustentabilidade, a conservação e a preservação do meio ambiente. Aqui utilizamos de três aspectos da governamentalidade mais úteis para examinar a discussão da problemática ambiental: o primeiro, a partir da análise de poder; o segundo, da biopolítica e, por fim, a construção de uma subjetividade específica: o sujeito ecológico. Sendo um trabalho puramente teórico/bibliográfico, no primeiro momento iremos partir destes três aspectos para discutir a noção de ecogovernamentalidade. No segundo momento, tentamos mapear os percursos acadêmicos aqui no Brasil que se utilizaram da ecogovernamentalidade como categoria de análise. Ao retomarmos os objetivos propostos no trabalho, temos a reflexão de que tal noção se tornou fundamental para entendermos as práticas políticas e os discursos em torno da problemática ambiental, tendo diversos usos dentro do discurso da sustentabilidade e dos problemas ambientais, tal como uma abordagem para lidar com a governança ambiental, como uma estratégia de gestão ambiental, etc. Por fim, concluímos que a noção de ecogovernamentalidade traz uma nova perspectiva que tem se destacado nas pesquisas acadêmicas na área de estudos ambientais, nas ciências humanas e de governança ambiental nas últimas décadas.

Palavras-chave: ecogovernamentalidade; governamentalidade; questão ambiental.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar la discusión de la cuestión ambiental a partir de la noción de ecogubernamentalidad como categoría de lectura. A partir del ya consolidado concepto de gubernamentalidad del filósofo Michel Foucault, la ecogubernamentalidad aparece como una categoría de análisis para hablar de los crecientes desarrollos que han ido surgiendo, ampliando el análisis del poder al campo ambiental, enfatizando la gobernanza ambiental y las prácticas políticas relacionadas para el medio ambiente. Esta noción se caracteriza por una serie de mecanismos y dispositivos que regulan y controlan las actividades humanas y sus impactos ambientales. Estos mecanismos incluyen políticas, programas, proyectos e iniciativas encaminadas a promover la sostenibilidad, la conservación y la preservación del medio ambiente. Aquí utilizamos tres aspectos de la gubernamentalidad que son de gran utilidad para examinar la discusión de los temas ambientales: el primero, desde el análisis del poder; el segundo, la biopolítica y, finalmente, la construcción de una subjetividad específica: el sujeto ecológico. Siendo un trabajo puramente teórico/bibliográfico, en el primer momento partiremos de estos tres aspectos para discutir la noción de ecogubernamentalidad. En el segundo momento, tratamos de mapear los caminos académicos aquí en Brasil que utilizaron la ecogubernamentalidad como categoría de análisis. Volviendo a los objetivos propuestos en el trabajo, tenemos la reflexión de que esta noción se ha vuelto fundamental para comprender las prácticas políticas y los discursos en torno a la problemática ambiental, teniendo varios usos dentro del discurso de la sustentabilidad y la problemática ambiental, tales como un enfoque para abordar la gobernanza ambiental, como una estrategia de gestión ambiental, etc. Finalmente, concluimos que la noción de ecogubernamentalidad trae una nueva perspectiva que ha sido destacada en la investigación académica en el área de estudios ambientales, ciencias humanas y gobernanza ambiental en las últimas décadas.

Palabras clave: ecogubernamentalidad; gubernamentalidad; cuestión medioambiental.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	9
1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA PARA O CONHECIMENTO	10
1.3 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS.....	11
1.4 OPÇÃO METODOLÓGICA.....	12
2. A EMERGÊNCIA DA ECOGOVERNAMENTALIDADE NO MUNDO.....	14
2.1 UMA FERRAMENTA INOVADORA PARA UMA NOVA FORMAÇÃO DISCURSIVA.....	14
2.2 BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE.....	17
2.3 ECOPODER E DISCIPLINA.....	20
2.4 ECOGOVERNAMENTALIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS..	22
2.5 INFLUÊNCIA EMERGENTE EM OUTROS CAMPOS.....	24
2.6 SUJEITO ECOLÓGICO.....	26
3. NOS RASTROS DA ECOGOVERNAMENTALIDADE NO BRASIL.....	30
3.1 A PORTA DE ENTRADA DA ECOGOVERNAMENTALIDADE NO BRASIL.....	31
3.2 OS DESDOBRAMENTOS DO CONCEITO NOS TRABALHOS ACADÊMICOS.....	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
5. REFERÊNCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

No século XXI assistimos a um hiperpublicitado fim do mundo atrelado à questão ambiental. Embora esta problemática tenha seu início na primeira metade do século XX, na atualidade o tema tem ganhado uma abrangência cada vez mais global, ao mesmo tempo que a forma em que os problemas ambientais são apresentados tem mudado consideravelmente, passando das questões mais locais vinculadas aos agrotóxicos, nos anos 1960, até questões planetárias do tipo aquecimento global e mudança climática.

O passo de questões locais para outras globais vem acompanhado de outros dispositivos e acontecimentos que precisam ser analisados com os devidos cuidados. Dentro do leque de questões que podem ser levantadas, encontramos a vinculação de novos atores, tanto globais como locais, a forma em que novos sujeitos emergem ou são colocados.

Esta inusitada expansão do interesse na questão ambiental tem chamado a nossa atenção de várias formas. Inicialmente pelo fato do tema ser abordado desde uma perspectiva crítica principalmente, o qual não visibiliza algumas questões tais como o avanço desenfreado do capitalismo, mesmo tendo quase cinco décadas que a questão ambiental orbita sobre os sujeitos, seja através da educação (ambiental), de políticas públicas, programas e projetos de organismos multilaterais e da economia verde desenvolvida por grandes corporações transnacionais. Diante deste fato, outros olhares vêm sendo visitados, deslocando perspectivas, iluminando outros problemas e apontando para outras soluções.

Um desses olhares aos quais nos referimos está vinculado aos chamados estudos analíticos do poder, especificamente, às discussões levantadas a partir da perspectiva governamental elaborada pelo filósofo francês Michel Foucault. O filósofo vai se debruçar sobre a trinca da soberania, disciplina e gestão governamental para elaborar tal conceito, o qual pode ser entendido como um conjunto formado por instituições, procedimentos e cálculos e táticas que tornam possível esse modo de poder governamental que tem a população como alvo, a economia política como saber, e os dispositivos de segurança como ferramentas. Assim, o pensador de Poitiers nos convida a entender a governamentalidade como um conjunto de ações, análises e cálculos que possibilitam o exercício de determinadas formas de poder.

Fundamentados nos estudos foucaultianos, recentemente alguns desdobramentos têm surgido, expandindo a analítica do poder para o campo ambiental. Podemos falar em

ecogovernamentalidade como uma associação entre a governamentalidade e a Ecologia, de modo a pensarmos e problematizarmos politicamente, não propriamente a vida em si, mas a vida imersa nas múltiplas condições que a cercam e a tornam possível. É através da ecogovernamentalidade que temos a explicação de como opera o poder e de como este interage: através de discursos como desenvolvimento sustentável, segurança ambiental, conservação da biodiversidade, etc., “com o propósito de dirigir os atores sociais (corpos verdes) a pensar, se comportar de maneira particular, com fins ambientais específicos” (ULLOA, 2011, p.33). Dessa forma, podemos pensar a ecogovernamentalidade como uma tendência que acabou desenvolvendo e legitimando certos aparelhos específicos de governo e um conjunto de saberes.

Como apresenta Malette (2010), a ecogovernamentalidade (*eco-governmentality*) ou governamentalidade verde (*green governmentality*) é a expansão da análise Foucaultiana de governamentalidade para investigar como a ordenação das "coisas", progressivamente incluiu variáveis como "vida", "saúde", "sustentabilidade" e "meio ambiente" para gerar novas racionalidades ecológicas de governo, levando assim, à questão ambiental tornar-se popular e legitimada pelo poder de discursos políticos e científicos.

É no cenário da governamentalidade, vinculada a formas de administração da população de forma planetária, que esta monografia busca analisar como a ecogovernamentalidade, como categoria analítica, tem sido usada para problematizar os temas vinculados às questões ambientais.

1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA PARA O CONHECIMENTO

Com base na aplicação da teoria foucaultiana de governamentalidade, a noção de ecogovernamentalidade cresce a partir do surgimento da consciência ambiental estruturando-se como uma nova categoria de análise do discurso global de ambientalismo, direitos ambientais, governabilidade global, caracterizado por uma maneira específica de pensar as tecnologias de poder que “visam capturar nossos corpos individuais e coletivos, utilizando-se de estratégias e táticas de subjetivação que determinada instituição quer que adotemos - neste caso o sujeito ecológico fabricado pelas técnicas de mercado verde” (INOCÊNCIO ET AL, 2020, p. 8).

É importante destacar que, consideramos que o conceito de governamentalidade foucaultiano não é frequentemente usado para analisar e criticar discursos ambientais, mas ele abre uma nova perspectiva que se faz importante para entender a produção e a circulação

de conhecimento, tecnologias e racionalidades do governo que apelam para noções de “natureza”.

É nesse sentido que a oportunidade da pesquisa se faz importante, justificando-se pela sua evidente complexidade da discussão proposta até aqui. A busca pelo entendimento de como opera esse tipo de poder e as condições sob as quais as populações são geridas, com a tentativa de conduzir toda a vida com uma implantação de racionalidades ecológicas de governo, é útil para explorar a extensão das nossas experiências formada por todas maneiras de refletir e agir, moldando e regulando a conduta das pessoas, além de repor a problemática da normas em conjunto com a natureza.

Assim, é de suma importância entender como o ambientalismo assume diferentes posições, concepções e tendências. Dessa forma, como coloca Ulloa (2011), o problema global da crise ambiental gerou uma resposta global única, criando processos de controle que resultam em ações globais que vão além de interesse e concepções locais, gerando assim, uma série de interdependência entre o global e o local.

Por fim, a pesquisa também se justifica pela carência de estudos e de discussões sobre o tema da ecogovernamentalidade, apesar de ter como pressuposto a teoria já consolidada de governamentalidade de Foucault. Assim, a presente pesquisa se mostra como oportunidade para um melhor entendimento da ecogovernamentalidade como categoria de análise das questões ligadas aos temas ambientais.

1.3 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral da presente pesquisa consiste em verificar, através da noção de ecogovernamentalidade, compreendida aqui como uma expansão do conceito de biopolítica e governamentalidade de Foucault, seus usos como chave analítica para problematizar temas vinculados à questão ambiental.

De forma específica, buscou-se:

- a) Saber como a associação de governamentalidade e ecologia interagem e entendem a questão ambiental;
- b) Analisar os possíveis usos da noção de ecogovernamentalidade dentro do discurso da sustentabilidade e dos problemas ambientais;
- c) Concluir se a noção de ecogovernamentalidade tem um uso destacado ou se ainda é uma discussão embrionária nas pesquisas acadêmicas.

1.4 OPÇÃO METODOLÓGICA

Para que se atinja os objetivos anteriormente propostos, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, que limitou-se sobre o tema da ecogovernamentalidade. Especificamente, a coleta de dados foi realizada através da leitura e do registro de materiais já existentes sobre o tema, constituídos principalmente de trabalhos de graduação, dissertações e teses, assim como artigos acadêmicos disponíveis em bases de dados. Ainda, para a confecção deste trabalho foi utilizado o Catálogo de Teses e Dissertações, a base de dados das bibliotecas da UFRPE e da UFPE, assim como os artigos publicados no site especializado Google Acadêmico.

Para a construção da primeira parte deste trabalho, será apresentada a noção de ecogovernamentalidade a ser trabalhada. Assim, na intenção de indicarmos os primeiros estudos sobre o tema aqui estudado, utilizaremos alguns capítulos do volume editado *Discourses of the Environment* (1999) de Eric Darier, no qual organizou uma série de capítulos que ampliou ainda mais o debate da relação entre governamentalidade e natureza.

Originalmente articulado por Foucault, o conceito de governamentalidade não dava nenhum peso ao tema ambiental em sua discussão, embora tenha realizado seu estudo num contexto de fomento eco-cultural. Inicialmente, os primeiros estudos da governamentalidade estavam ligados às questões do Estado Moderno, tal foco nas práticas do Estado permaneceu por um bom tempo à medida que os interlocutores de Foucault aplicavam suas percepções a uma variedade de casos (RUTHERFORD, 2007). Assim, tendo a governamentalidade um amplo espaço de definições para estender o seu terreno, os teóricos reconhecendo isso, começaram a pensar que os questionamentos que a governamentalidade fazia sobre o mundo podiam ser aplicados ao meio ambiente.

Dessa forma, o primeiro capítulo intitulado “A emergência da ecogovernamentalidade no mundo” está estruturado em seis tópicos: o primeiro, falamos sobre a ecogovernamentalidade como uma “nova formação discursiva”, fazendo referência à germinação de novos saberes a partir de um solo positivo; no segundo, intitulado “biopolítica e governamentalidade” iremos expor, de maneira breve, o conceito Foucaultiano de governamentalidade para propormos ecogovernamentalidade e trataremos sobre os estudos feito pelo teórico ambiental Paul Rutherford (1999) para a construção e entendimento desta “nova” noção a partir da biopolítica foucaultiana. No terceiro tópico, “Ecopoder e disciplina”, nos limitaremos a análise feita pelo cientista político Timothy W. Luke (1999)

acerca do alcance da noção de ecogovernamentalidade (ou ambientalidade) para a produção do conhecimento e poder.

No quarto e quinto tópicos, “Ecogovernamentalidade e mudanças climáticas” e “Influências emergentes em outros campos” respectivamente, discutimos sobre a teoria de governamentalidade e ecogovernamentalidade na análise de discursos e políticas relacionadas à mudança climática global e identificaremos os estudos baseados na ecogovernamentalidade que estão surgindo em campos fora da política ambiental, especificamente, no uso da noção pelos geógrafos. Por fim, no sexto e último tópico, “Sujeito ecológico”, daremos atenção à formação dos chamados “sujeitos ecológicos” que surgem num contexto que os situa e os tornam possíveis: o crescimento do debate ambiental.

A escolha da ordem que compõe o capítulo na intenção de apresentar a noção de ecogovernamentalidade como uma nova formação discursiva e, por conseguinte, introduzir os já consolidados conceitos foucaultianos para se propor essa expansão de tema, utilizando dos primeiros teóricos ambientais para propor a construção dessa nova noção. Em seguida, se faz importante entender a ecogovernamentalidade dentro da discussão dos temas ambientais ligados à mudança climática, sendo essa temática a pioneira na utilização de ecogovernamentalidade como dispositivo de análise. Ainda, trazemos a discussão de ecogovernamentalidade dentro de uma temática não ligada inteiramente à ecologia ou a temas ambientais, como é o caso do seu uso na geografia. Por fim, a construção dos chamados "sujeitos ecológicos" para se pensar que a ecogovernamentalidade, assim como a governamentalidade, também é responsável pela construção de uma subjetividade específica.

Para compor a segunda parte do trabalho, o capítulo intitulado “Nos rastros da ecogovernamentalidade no Brasil” mapeou os estudos e discussões pioneiros de temas ligados à questão ambiental, em âmbito nacional, que utilizaram como dispositivos de análise a ecogovernamentalidade.

Por fim, para concluir o presente trabalho e na tentativa de atingir os objetivos específicos que foram propostos, se fará uma reflexão acerca do contexto em que a discussão da ecogovernamentalidade ganha notoriedade, a partir do surgimento da consciência ambiental, dando início a uma nova forma discursiva para se falar sobre os novos atores “ecológicos” e o ambiente, e quais são suas implicações e consequências e se esta tem um uso destacado ou se ainda é uma discussão embrionária nas pesquisas acadêmicas e nos estudos ligados a ambientalidade.

2. A EMERGÊNCIA DA ECOGOVERNAMENTALIDADE NO MUNDO

Entendemos a ecogovernamentalidade como um neologismo que oferece uma extensão aos estudos de Foucault em seu período genealógico sobre governamentalidade, o qual expande-se para incluir racionalidades ecológicas e tecnológicas de governo (MALETTE, 2011). Os estudos da governamentalidade examinam como o poder não é só repressivo, mas também produtivo, provocante e colabora para um sistema de conhecimento específico, que trabalha conjuntamente em prol de uma autoridade governante.

Como dimensão da governamentalidade, a ecogovernamentalidade busca compreender as formas pelas quais a analítica do poder/saber pode ser aplicada para entendermos questões relacionadas à gestão ambiental no mundo, às negociações globais sobre mudanças climáticas e aos hábitos individuais ligados a comportamentos "verdes"/"ecológicos". Tal noção, se tornou um objeto útil de análise para se pensar os caminhos que a ambientalidade não é apenas uma realidade biofísica, mas também um local de poder, onde "verdades" são feitas (RUTHERFORD, 2007).

2.1 UMA FERRAMENTA INOVADORA PARA UMA NOVA FORMAÇÃO DISCURSIVA

Ao falar de formação discursiva, fazemos referência à germinação de novos saberes a partir de um solo positivo (ou condições de possibilidade) que precisa ser estudado; falamos de sujeitos ou novos sujeitos que são colocados no cenário do discurso e cujas falas desconhecidas adquirem determinadas legitimidades perante a sociedade, fala-se também de objetos relocados, análises que emergem com surpreendente impacto científico, pois são atreladas a verdades irrefutáveis e assim, finalmente veiculadas por diferentes meios para o consumo social, reivindicando toda uma produção de subjetividade por parte do discurso.

Quando falamos de uma nova formação discursiva e a necessidade de entender como ela vem sendo analisada pela ecogovernamentalidade, entendemos que a questão ambiental emerge como uma nova formação discursiva, isto é, um discurso ecológico, com um sujeito ecológico, com problemas e soluções "eco-ideologizadas". Fazemos referência a toda uma literatura que vai desde os relatórios do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*)¹

¹ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

sobre a mudança climática até a produção de livros, conferências internacionais, leis que subordinam a soberania dos países e o surgimento de *autores*² renomados na América Latina.

Assim, a ecogovernamentalidade vem ganhando notoriedade no contexto internacional a partir do surgimento da consciência ambiental, dando início a uma nova forma discursiva para se falar sobre os atores “ecológicos” e o ambiente. Para Ulloa (2011), o meio ambiente foi convertido no novo espaço de conhecimento que chama por uma governamentalidade técnica especial, uma governamentalidade específica, a ecogovernamentalidade.

Partindo da noção de governamentalidade, a ecogovernamentalidade propõe a reorganização dos conceitos de população, segurança e economia política, nos quais a regulação dos vivos se expandiria para regulação de tudo o que é necessário para a vida (MALETTE, 2011, p. 4). Dessa forma, o problema moderno do governo não estaria mais limitado às questões sociais, mas também as ecológicas.

Entendida como categoria de análise, a ecogovernamentalidade visibiliza toda uma estratégia de poder que constrói sujeitos, políticas, enunciados e práticas, que induzem a um novo circuito de problematizações e ao mesmo tempo soluções tais como a produção e consumo verde, o qual gera o processo de controle global do meio ambiente pelos governos ocidentais.

Iniciada por um pequeno corpo de teóricos com autores como Timothy Luke, Eric Darier e Paul Rutherford, a nível internacional, a literatura sobre ecogovernamentalidade cresceu como uma resposta à percepção da falta de análise foucaultiana do ambientalismo e dos estudos ambientais. Como enfatiza Malette (2010, p. 103), citando Rutherford (1999):

Embora o trabalho de Foucault tenha se preocupado principalmente com os processos sociais de objetificação\subjetivação pelo qual indivíduos e grupos governam a si e aos outros, tem sido sugerido que seu trabalho sobre governamentalidade pode ser útil para o exame do problema moderno do governo em relação às questões ambientais.

O autor ainda conclui que:

O conceito de ecogovernamentalidade nos ajuda a identificar os riscos dos modos ecológicos de dominação, ao mesmo tempo em que destaca “práticas de liberdade” que podem nos ajudar a desembaraçar nós mesmos de tal condicionamento verde. (MALETTE, 2010, p. 110)

² Destacamos a importância da figura do *autor* nos estudos foucaultianos, uma vez que essa figura contém um valor significativo no surgimento dos discursos. Dito isso, ressaltamos que, sem a presença do autor ambiental ou ecologista, não seria possível a existência dessa nova formação discursiva relacionada à visibilidade da questão ambiental.

Assim, o problema que se identifica na governamentalidade³ permanece em sua totalidade quando se trata de ecogovernamentalidade:

[...] a multiplicação de racionalidades ecológicas parecem ser usadas tanto para alimentar “práticas de resistência” contra o que é percebido como fruto do capitalismo e corporativismo temerário e voraz, quanto para aprofundar “práticas de governamentalização” pelas quais novas normas são implantadas para controlar comportamentos de um ponto de vista ecológico onde não há mais externalidade. Assim, o perigo seria a proliferação de “práticas verdes de governamentalização” penetrando todas as camadas do tecido relacional que liga todos e tudo, que sustenta todos os seres vivos e não vivos, e que faz dentro/fora dos limites uma questão secundária. (MALETTE, 2010, p. 110)

Escrever sobre ecogovernamentalidade implica em focar em como as agências governamentais, enquanto produtoras de conhecimento especializado, constroem "O Meio Ambiente". Essa construção é percebida tanto na criação de um objeto de conhecimento quanto na esfera dentro da qual certos tipos de intervenção e gestão são criados e implementados para promover o objetivo maior do governo de gerir a vida de seus constituintes. Essa gestão governamental depende da disseminação e internalização do saber/poder entre os atores individuais, criando uma rede descentralizada de elementos autorreguladores cujos interesses se integram aos do Estado.

A ecogovernamentalidade faz parte da área mais ampla da ecologia política. Ela pode ser situada dentro dos debates em andamento sobre como equilibrar a preocupação com as relações sócio-naturais com atenção ao impacto ambiental real de interações específicas. Particularmente, para estudos de mudanças ambientais que se estendem além das fronteiras de uma determinada região, a ecogovernamentalidade pode ser uma ferramenta analítica útil para rastrear as manifestações de exercícios de poder específicos em escalas que vão desde o indivíduo, a comunidade, o Estado e até estruturas maiores de proteção ambiental internacional.

³ “o problema do governo” (MALETTE, 2009, p. 3)

2.1 BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE

Para se propor a discussão da ecogovernamentalidade, primeiro faz-se necessário o entendimento sobre o conceito que possibilitou a expansão desta noção: a governamentalidade e biopolítica.

Cunhada no fim dos anos 70, o conceito de governamentalidade emergiu após o filósofo ter usado uma “microfísica do poder” para analisar diversas tecnologias e racionalidades de normalização, mudando o foco para “o problema de governo” (MALETTE, 2011). Em seu primeiro momento, as primeiras articulações foucaultianas de governamentalidade preocupavam-se com questões do Estado Moderno e o nascimento do liberalismo, levando em consideração como as várias autoridades políticas trabalhavam para governar as populações humanas com o objetivo de alcançar o melhor para o Estado. O foco nessas práticas permaneceu em grande parte no pensamento de Foucault.

Tal conceito se refere a uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos e a população como um todo, com o objetivo de governar e controlar suas condutas, comportamentos e práticas. Essa forma de poder se desenvolveu a partir do século XVIII, em resposta às mudanças políticas e econômicas da época, e se consolidou no Estado moderno, por meio de diversas tecnologias e dispositivos de poder.

De acordo com o filósofo, a governamentalidade é uma forma de poder que se diferencia da soberania e da disciplina, outras formas de poder que se exerciam anteriormente. Enquanto a soberania se baseava no direito de mandar e na obediência dos súditos, e a disciplina se concentrava no adestramento e na correção dos indivíduos, a governamentalidade se preocupa com a gestão e o controle da população, através de técnicas de governo que envolvem o conhecimento, a previsão, a intervenção e a segurança.

Assim, a governamentalidade implica em uma série de práticas e estratégias que visam regular a conduta dos indivíduos, desde as normas e regulamentos até os dispositivos técnicos e burocráticos. Além disso, ela é caracterizada por sua capacidade de se adaptar e se reconfigurar, de acordo com as mudanças políticas, econômicas e sociais, o que a torna uma forma de poder complexa e multifacetada. Para Foucault, a governamentalidade quer dizer três coisas:

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por

alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

As definições de governamentalidade apresentadas pelo filósofo ajudaram na identificação de vários processos que lidam não apenas com a governamentalização do Estado, mas também com a política em si. Esses processos concentram qualquer forma de resistência como demandas dirigidas à autoridade governamental, que são evocadas para justificar mais assimilação e controle (MALETTE, 2010, p. 101). Assim, a governamentalidade foucaultiana refere-se não só aos meios, aos mecanismos e aos instrumentos do governo moderno, mas também às maneiras de pensá-los sistematicamente. De forma geral, a governamentalidade procura responder a inquietante pergunta: como, e sob quais condições os sujeitos devem ser governados?

Aqui consideramos três aspectos da governamentalidade mais úteis para examinar o crescente debate da política ambiental: o primeiro seria a análise de poder, que discutiremos no tópico a seguir; o segundo aspecto seria a biopolítica e o terceiro e último, a construção de uma subjetividades específica: o “sujeito ecológico” que ganha papel importante no contexto da ecogovernamentalidade, que também serão trabalhados no final deste capítulo.

O pensamento moderno do meio ambiente natural é caracterizado, de acordo com Rutherford (1999), pela crença de que a natureza pode ser gerenciada ou governada através da aplicação dos princípios científicos da ecologia. Para o autor, a ideia de governamentalidade e biopolítica de Foucault fornece a possibilidade de uma perspectiva crítica no problema contemporâneo das questões ambientais, porque lida explicitamente com as questões de *segurança* do Estado, técnicas de controle da população e novas formas de conhecimento. Diferentemente das tradicionais análises de políticas públicas, a governamentalidade se concentra no contexto histórico mais profundo e nos *efeitos* de poder mais amplos da política governamental (DARIER, 1999).

O foco na biopolítica, a qual provavelmente é a abordagem mais próxima que Foucault já chegou a fazer em relação à questão da problematização ambiental, do ponto de vista de como os próprios mecanismos da vida biológica se tornaram objetos de cálculos e estratégias da “Razão de Estado”. O conceito de biopolítica está ligado à maneira como o poder é exercido sobre a vida humana e a população em geral. De acordo com o filósofo, a biopolítica é uma forma de governo que se concentra no controle da vida humana e na gestão da população em termos de saúde, reprodução e sobrevivência.

Ainda, tal conceito se baseia na ideia de que a vida é um recurso e que a gestão adequada deste recurso é essencial para o bem-estar da sociedade como um todo. Como tal, a biopolítica se preocupa com a gestão da vida em termos de sua qualidade, duração e reprodução. Nesse sentido, a biopolítica pode ser vista como uma forma de poder que se exerce sobre a vida humana em um nível social e político.

Em outras palavras, entendemos aqui por biopolítica um conjunto de estratégias governamentais centradas no conceito de “vida”. Aqui, a “vida” se torna um objeto científico de conhecimento, um estado de preocupação e um princípio orientador normalizador/ético, pois a conduta individual adentra na história, tornando-se uma estratégia articulada e explícita (DARIER, 1999).

A partir do conceito de biopolítica, podemos considerar que o interesse atual pelas questões da ecologia, pode ser caracterizada como uma “governamentalidade ecológica”, ampliando tudo o que é necessário para sustentar a “vida” através do surgimento de várias práticas e regulamentações com viés ambientais, ou seja, todas as formas de vida se tornam objetos de investigação científica e uma série de cálculos de Estado que se baseiam na segurança e na normalização da população. Rutherford (1999) coloca que essa “governamentalidade ecológica” observa com mais detalhes os procedimentos para avaliar o impacto ambiental como uma emergência do discurso sobre os riscos ambientais. Assim, para o autor:

[...] governar o meio ambiente nesse sentido envolve mais do que as atividades políticas familiares do Estado administrativo moderno. A governança ambiental nas sociedades liberais avançadas é muito mais dependente do papel desempenhado pela expertise científica na definição e gestão de problemas ambientais mais do que as noções tradicionais de política e poder centradas no Estado sugeririam. A ecologia científica tornou-se um recurso político que, em aspectos importantes, constitui os objetos do governo e, ao mesmo tempo, fornece a maquinaria intelectual essencial para a prática de tal governo. (RUTHERFORD, 1999, p. 37)

Dessa forma, a imposição de uma biopolítica, exercida com o respaldo da governamentalidade - que cria saberes e verdades legitimando discursos sobre o meio ambiente - pretende, sob uma governança global, cuidar de todo o planeta a partir do exercício de uma ecogovernamentalidade. Essa imposição é fundamental para a interpretação da emergência do meio ambiente como um novo alvo ou objeto das práticas governamentais.

2.3 ECOPODER E DISCIPLINA

Outra contribuição importante no contexto da governamentalidade para a ecogovernamentalidade foi a do cientista político Timothy W. Luke (1999), o qual escreveu uma série de artigos e capítulos de livros⁴ utilizando de termos como “*ambientalidade*” ou “*green governmentality*” para explorar as maneiras pelas quais o ambiente (e seu estudo) pode ser um local de cálculo político. Suas análises ampliaram ainda mais o alcance dessa discussão, ao prever uma relação radicalmente diferente entre governamentalidade e ecogovernamentalidade. Ele argumenta que o domínio ecológico tornou-se o "domínio último do ser", o local-chave para a produção de conhecimento e poder. O autor demonstra como a “ambientalidade” é uma característica central da nova economia política global, a qual inclui um “eco-conhecimento” e uma "disciplina-ambiente” (DARIER, 1999).

Seguindo Foucault, Luke remonta essa transformação a um momento histórico específico, o período do início dos anos 70, abrangendo a crise do petróleo e a détente entre a URSS e os EUA. Para o autor, os líderes que então governavam no pós-guerra, agora veem a ‘Terra em equilíbrio’, argumentando que as ecologias encarnam o que há de melhor e pior no espírito humano. Dessa forma, estes tendem cada vez mais representar o terreno estratégico do sistema mundial do pós-1991 induzindo as nações a competirem impiedosamente para o controle do desenvolvimento futuro da economia mundial, desenvolvendo novas tecnologias, dominando mais mercados e explorando cada ativo econômico nacional (LUKE, 1999, p. 123).

Desde o início da *questão ambiental*, crescem as considerações ambientais, fertilizadas durante a década de 1980 pela formação de organismos internacionais, como a Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e uma maior preocupação e conscientização sobre os limites ecológicos do desenvolvimento humano. O resultado é a "ambientalização" da produção e do exercício do saber e do poder como uma

⁴ Por exemplo o artigo: "On Environmentality: Geo-Power and Eco-Knowledge in the Discourses of Contemporary Environmentalism." e o capítulo utilizado como referência na presente pesquisa.

nova gramática para interpretar o mundo. Invertendo o foco anterior na integração do conhecimento ambiental em projetos estatais mais amplos de gestão socioeconômica, aqui são esses próprios projetos que são remodelados por novas formas de conhecimento ambiental (especificamente os conceitos de "ecologia" e "sustentabilidade"). É essa nova estrutura que passa a ser conhecida como Ecogovernamentalidade.

Luke argumenta que a maior consciência da vulnerabilidade social aos fatores ambientais, juntamente com o aumento da importância da competição macroeconômica nas lutas de poder geopolítico, levou ao surgimento do desenvolvimento sustentável como a síntese desses dois fatores inter-relacionados. O poder disciplinar da governamentalidade é reconfigurado como "disciplina ambiental", um conceito mais amplo que "expressa a autoridade de forças ecologicamente conscientes e geoalimentadas para policiar a aptidão de todos os organismos biológicos e a saúde de seus ambientes naturais". Isso constitui uma importante expansão do objeto de governo e da área a ser gerida. O foco de Foucault na "população" agora inclui "toda a biodiversidade da vida" (LUKE, 1999, p. 122) e, dada a natureza interconectada dos sistemas ambientais, os Estados devem agora procurar estender seu controle muito além de seus limites territoriais para garantir a segurança e a produtividade de sua população,

Na medida em que as técnicas econômicas e governamentais são um foco central da luta política hoje, as complexas interações das populações com seu entorno nas economias e ecologias políticas estão forçando os Estados a desenvolver o eco-conhecimento para redefinir o que é de sua competência. Os códigos de eco-conhecimento indicam que, para sobreviver agora, não basta que os Estados apenas mantenham a jurisdição legal sobre seus territórios supostamente soberanos. À medida que novos limites ao crescimento são constantemente descobertos, os Estados são obrigados a garantir a produtividade de suas populações em todos os cenários ambientais englobados pela economia política global (e.g. Hardin, 1993 apud LUKE, 1999, p. 134).

Unindo definições amplas e restritas de ecogovernamentalidade está a atenção dada à formação de sujeitos ambientais, ou à criação de posições de sujeitos ambientais. As definições dessas posições de sujeito variam desde a construção de Darier (1999) do sujeito ambiental como um local de resistência ao consumismo e à mercantilização da relação entre o indivíduo e o meio ambiente, até o conceito amplamente neutro de "ambientalidade" de Agrawal (2005), que denota uma aceitação em a parte do indivíduo de que a natureza é um objeto a ser manejado e seu conseqüente envolvimento nesse processo, à afirmação de Luke (1999) de que "o meio ambiente surge como um terreno para a normalização do comportamento individual" que supera as influências anteriores das "preocupações éticas,

família, comunidade e nação". Subjacente a essas definições divergentes, está a afirmação comum de que a relação entre o indivíduo e o ambiente é fundamental para a análise atual dos sistemas de gestão do Estado e da governamentalidade. Sendo assim, a continuação analisa a articulação da ecogovernamentalidade com acontecimentos ambientais globais, tais como a mudança climática.

No contexto da ecogovernamentalidade, a mudança climática pode ser vista como uma forma de governança que busca conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico sustentável diante de um cenário “catastrofista” climático. Essa abordagem enfatiza a participação ativa da sociedade civil e a colaboração entre diferentes atores, incluindo governos, empresas e organizações da sociedade civil, na busca de soluções para a crise climática, daí que se elabore toda uma política de governo para colocar as populações em função de um *futuro sustentável*, como veremos posteriormente.

2.4 ECOGOVERNAMENTALIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ao longo das últimas décadas, a humanidade vêm ocupando e realizando transformações no planeta de acordo com suas necessidades, fazendo com que as relações com o meio ambiente fossem vinculadas a um processo em constante movimento de produção de saberes e poderes específicos a cada momento histórico de transformação, na qual a natureza é vista como mero objeto, tornando-se uma fonte de recursos da humanidade. Assim, “a natureza é agora conceituada como um bem público cuja provisão requer incentivos econômicos inteligentes e gerenciamento para superar problemas de ação coletiva” (OELS, 2005, p. 196)

Desde o início dos anos 2000, estudiosos e teóricos do meio ambiente analisaram os discursos em torno da mudança climática global e políticas relacionadas usando as ideias de governamentalidade de Foucault e da ecogovernamentalidade. A aplicação da ecogovernamentalidade desenvolveu-se primeiro aplicando o pensamento foucaultiano à análise de regimes climáticos, identificando categorias e metodologias que funcionam particularmente bem para questões de mudança climática. À medida que foi sendo feita a aplicação da noção da ecogovernamentalidade para se falar de mudanças climáticas, os princípios da teoria também foram aplicados a estudos de governos estaduais e locais, bem como organizações privadas e sem fins lucrativos. Ainda, métodos e teorias de análise baseados na ecogovernamentalidade começaram a surgir como ferramentas para examinar a mudança climática em campos fora da economia política.

Um exemplo de estudo sobre este tema é feito num artigo da professora de ciência política Angela Oels (2005), no qual resume as incursões iniciais de governamentalidade nas análises baseadas em discursos sobre mudança climática, sugerindo que o funcionamento da questão da governamentalidade mudou desde a década de 1980, de um discurso baseado no biopoder para um governo liberal avançado no campo ambiental.

Diante do pano de fundo da mudança nos discursos ambientais da governamentalidade verde para a modernização ecológica, parece razoável explorar a ideia de que essa reconceituação pode ter sido possibilitada e ser produto de uma transição de governamentalidades, ou seja, do biopoder para o governo liberal avançado. (OELS, 2005, p. 197)

Com base numa literatura mais vasta sobre as alterações climáticas, a autora demonstrou um método de análise do discurso particularmente adequado para abordar as mudanças climáticas, examinando objetivos, campos de visibilidade, aspectos técnicos, formas de conhecimento e formação de identidades. De acordo com Paterson (apud OELS, 2005, p. 198)

A "modernização ecológica" tornou-se o discurso dominante usado para dar sentido às questões ambientais em geral e às mudanças climáticas em particular. A modernização ecológica no campo da política climática destaca os custos econômicos de agir sobre a mudança climática e favorece soluções baseadas no mercado como licenças negociáveis e implementação conjunta e soluções baseadas no mercado como licenças negociáveis e implementação conjunta.

A "modernização ecológica" apresenta uma avaliação crítica da "modernização ecológica" como discurso dominante na abordagem das questões ambientais e das mudanças climáticas. Ela destaca que essa abordagem enfatiza os custos econômicos de agir sobre a mudança climática e favorece soluções baseadas no mercado, como licenças negociáveis e implementação conjunta. Essa avaliação sugere que a modernização ecológica pode não ser a melhor abordagem para lidar com as questões ambientais e climáticas, pois pode priorizar os interesses econômicos em detrimento da proteção ambiental. No entanto, é importante lembrar que existem diferentes perspectivas e abordagens para lidar com essas questões complexas e que é necessário um debate amplo e plural para encontrar soluções efetivas e sustentáveis. Dessa forma, sua análise dos discursos concorrentes em categorias de modernização ecológica, governamentalidade verde e ambientalismo cívico revelou áreas de sobreposição e cooperação potencial presentes no discurso ambiental modulado pela questão climática.

2.5 INFLUÊNCIA EMERGENTE EM OUTROS CAMPOS

Dentro de um contexto geográfico, utilizando o conceito de governamentalidade para explorar seus insights originais bem como para explorar alguns dos seus interlocutores na geografia, indicando como uma utilidade/teoria promissora para esses teóricos, Rutherford (2007) se dispõe a destacar três características chaves do conceito de governamentalidade (os quais já foram citados no primeiro tópico trabalhado neste capítulo) que tem uma particular importância para se propor a noção de ecogovernamentalidade aqui estudada, sendo eles: análises de poder, biopolítica e tecnologias de si (RUTHERFORD, 2007). Em seus estudos, a autora coloca que tal conceito oferece um terreno analítico promissor para geógrafos que se dedicam a interrogar as interseções entre natureza, poder e sociedade, processo este que pode produzir uma nova perspectiva em termos de como a verdade reivindica e regimes disciplinares são formados.

Num primeiro momento de seu trabalho, a autora traz exemplos de uma vasta literatura, em que teóricos utilizam a governamentalidade como uma análise de poder. Por exemplo, trabalhos sobre a geografia da população, projetos biopolíticos de recenseamento e estatísticas, a construção de espaços agrícolas, e não menos importante, os já mencionados trabalhos relacionados à construção da natureza por Darier (1999), Luke (1999) e Rutherford (1999).

Reiterando a afirmação já feita anteriormente de que os estudos foucaultianos nunca se debruçou a estudar temas relacionados ao meio ambiente, a autora nos lembra que o governo da população deve incluir o próprio ambiente do qual a humanidade subsiste (RUTHERFORD, 2002) e que as reivindicações da natureza sobre a terra, das ideias de natureza

é uma área na qual a confusa política de representação, articulação, essencialismo e construção discursiva vem à tona, tornando-se um local particularmente interessante para interrogar o exercício do poder. As formas como o ambiente é construído como numa crise, como o conhecimento sobre ele é formado, e quem então está autorizado a salvá-lo, torna-se importante para a compreensão de como a verdade sobre o meio ambiente é feita, e como essa verdade é governada. (RUTHERFORD, p. 295, 2007)

Ainda, para a teórica, a salvação da natureza é tida como um esforço inocente, frequentemente sustentada por um “discurso de mundo”, o qual todos temos a noção de que estamos conectados por um entrelaçado destino ecológico, surgindo assim, um discurso dominante de “terra frágil”, que tem a necessidade de um cuidado e proteção de uma

comunidade global imaginada (RUTHERFORD, 2007), assim, tal discurso é um projeto profundamente político.

No que diz respeito aos aspectos-chaves que compõem a governamentalidade, num segundo momento a autora retoma sua análise do poder, trazendo a afirmação de Foucault de que, embora o poder discipline e controle, uma de suas características centrais é a produtividade: “Na verdade, o poder produz; produz realidade; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que pode ser obtido dele pertencem a essa produção” (Foucault, p. 194, 1995 apud RUTHERFORD, p. 295, 2007). Essa análise de poder abre a possibilidade de falar sobre tipos particulares de ambientalismo, como um local para se reproduzir certos tipos de poder. Uma das formas que recebeu maior atenção na sua literatura sobre a noção de ecogovernamentalidade foi a do poder disciplinar, feita por Luke, no qual defende que o projeto ecologista é sustentado pelo poder disciplinar, onde os lugares são reconfigurados e reinventados como locais que precisam de intervenção (LUKE, 1998). Oferecendo o exemplo da ONG *Worldwatch Institute*, que o autor afirma “operar por meio da produção de discursos de desenvolvimento sustentável global e funções como um dos principais atores, em conjunto com governo e empresas, na formação de governamentalidade verde” (LUKE, 1997a).

A partir do exemplo citado, os geógrafos podem ter uma clareza sobre como opera o poder moderno, eles mostram as maneiras pelas quais as dicotomias entre poder e resistência na política ambiental são fáceis, e apontam como podem, e muitas vezes são, produzidos. Aqui, o poder não está só ligado à repressão e sim à produtividade: poder de produzir sobre o meio ambiente, que para esses estudiosos, é o que essas organizações fazem: produz a verdade de um ambiente global sob ameaça (RUTHERFORD, 2007).

No quesito análise da biopolítica, a autora reitera aquilo que já mencionamos anteriormente de que os teóricos da ecogovernamentalidade propõem que a obra de Foucault é de suma importância para a análise da produção e circulação dos discursos da natureza se estendermos o conceito de biopoder para incluir toda a vida. Darier (1999), argumentou que: “a biopolítica pode ser reenquadrada como uma “ecopolítica”, onde a preocupação, as condições da população nacional estão subsumidas sob uma tentativa mais intensa de gerir o meio ambiente do planeta. (RUTHERFORD, p. 297, 2007)

Os geógrafos analisando as maneiras pelas quais a ciência tem sido implicada na produção nacional da natureza e, às vezes, coloniais, realizam um relato histórico mostrando o papel da geologia em trazer o oeste canadense em vista como uma paisagem de recursos calculáveis, que, segundo Braun (2000 apud RUTHERFORD, 2007) tornou-se uma paisagem

geológica’ – mapeada, diagramada, esboçada e tornada inteligível para os objetivos políticos e econômicos de um Estado emergente.

Num terceiro momento, ao falar das “tecnologias de si e a formação do sujeito”, a autora nos alerta que poucos trabalhos foram produzidos pelos geógrafos sobre as maneiras pelas quais a governamentalidade trabalha para produzir subjetividades normalizadas. Porém, é importante que se faça tal análise, pois uma parte fundamental do governo da natureza é examinar como os sujeitos se encontram e compreendem-se dentro dela. Retomando a fala de poder e suas várias formas, Foucault não só entende a formação do sujeito como um processo repressivo, mas sim como produtividade, onde “os indivíduos são os veículos do poder, não seu pontos de aplicação” (Foucault, p. 98, 1990 apud RUTHERFORD, p. 298, 2007).

Assim, já introduzindo a próxima categoria chave da noção de ecogovernamentalidade e para finalizar o debate proposto aqui acerca da noção estudada no presente trabalho, a autora nos propõe pensar que tais noções não devem ser aplicadas sem cautela, e que esse corpo de literatura precisa ser questionado e ser visto com uma perspectiva crítica e, sugere também, que os geógrafos estão bem posicionados para se engajar nesse tipo de revisão. Reconhecendo as vantagens e desvantagens da aplicação de governamentalidade aplicada à natureza, esses estudiosos têm a oportunidade de repensar as temáticas ligadas ao ambientalismo e à política ambiental de forma que possa abrir espaço para aproveitar os interstícios fornecidos na administração da regra.

2.6 O SUJEITO ECOLÓGICO

Uma dimensão central para se discutir a noção de ecogovernamentalidade é a construção de tipos específicos de subjetividades ambientais, de um “sujeito ecológico” ou um “cidadão verde” (RUTHERFORD, 2007), com práticas e táticas que permitem a estes sujeitos constituir-se como tipos particulares de pessoas no e através do discurso. Vários destes discursos produzem as condições de possibilidade para contarmos a verdade sobre nós mesmos em uma variedade de circunstâncias: por exemplo, eleitor, ativista, pai, criança, aluno ou professor. As várias identificações desses sujeitos, por sua vez, trabalham para regular as formas pelas quais as pessoas vêem o mundo, e no caso dos discursos ambientais, a posição do sujeito mais adotada é a do “cidadão verde”.

Para uma melhor perspectiva do que seja um sujeito ecológico, a psicóloga e educadora Isabel Cristina de Moura Carvalho, em sua breve análise “Sujeito ecológico: a dimensão subjetiva da ecologia” sobre o tema nos diz:

Sujeito ecológico, em poucas palavras, é um modo de ser relacionado à adoção de um estilo de vida ecologicamente orientado. Trata-se de um conceito que dá nome àqueles aspectos da vida psíquica e social que são orientados por valores ecológicos. O sujeito ecológico pode ser ainda descrito como um ideal ou uma utopia internalizado pelos indivíduos ou pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas. (CARVALHO, p, 1, 2017).

Para compreender como surge esse novo tipo de subjetividade ecológica e como esta pode ser tornar “ecologicamente orientada”, a autora faz uma breve análise do que entende por subjetividade, a qual, segundo a mesma, pode ter várias conotações, sendo considerada na psicologia um conceito e não uma mera palavra. Assim, com uma abordagem da psicologia social a autora pensa

a subjetividade e o sujeito humano sempre situado num tempo histórico e num espaço social, cuja identidade está em permanente autoconstrução e negociação com o mundo. Este conceito de subjetividade se afasta tanto de uma ideia bastante comum que a toma como algo exclusivamente a vida interior das pessoas. Parece-me mais produtivo pensar o fenômeno humano como desde sempre localizado no mundo, como um fenômeno simultaneamente social e individual, subjetivo e objetivo, psíquico e biológico, cultural e biológico. Neste sentido, tomando o ser humano como um ser no mundo, a vida pessoal não pode ser tomada como um acontecimento exclusivamente particular, mas é desde sempre, constituída pelos elementos culturais e pela historicidade. (CARVALHO, p. 1-2, 2017).

Uma análise importante na temática trabalhada até aqui, feita acerca do sujeito ecológico, foi a do Mestre e Doutor em Ensino de Ciências Adalberto Ferdnando Inocêncio (2021) em um artigo publicado na Revista Brasileira de Educação Ambiental, intitulado: “O Sujeito Ecológico: objetivação e captura das subjetividades nos dispositivos e acontecimentos ambientais”, no qual realiza a problematização dos discursos e dispositivos que atravessam o sujeito ecológico recorrendo à uma analítica foucaultiana e pós-critica. Em seu trabalho, o autor compreende o sujeito ecológico como uma figura identitária, fabricada por discursos ecológicos do Estado, do mercado e dos processos de objetivação/dominação das subjetividades, sendo considerado a figura central na construção de uma noção de crise ecológica (INOCÊNCIO, 2021).

Pensando no sujeito ecológico como um modo de ser no mundo, com um estilo de vida ecologicamente orientado (CARVALHO, 2017; INOCÊNCIO, 2021), o autor considera que a imputação dessa categoria se configura como um acontecimento discursivo da

contemporaneidade, cujo processo se iniciou com movimentos sociais ligados ao meio ambiente, tendo sua legitimidade incitada pelo Estado e pelo mercado que ditam um lugar para esse sujeito, pelo consumo de proposições e discursos ecológicos e pelas representações culturais inauguradoras de modos de ser no mundo, considerados adequados à vida ecológica (INOCÊNCIO, 2021).

Para sustentar seu argumento, utilizando-se das teorizações foucaultianas e de autores pós-críticos, nesse contexto, o sujeito ecológico é tido como uma invenção discursiva que nem sempre esteve no mundo, ou seja, na perspectiva analítica foucaultiana, pode ser concebido como um acontecimento discursivo recente na história, surgindo do efeito dos discursos ecológicos podendo ser atravessado e performatizado por técnicas e práticas de determinada época (BUTLER, 2005 apud INOCÊNCIO, 2021).

A produção de um discurso específico acerca da crise ambiental realizada pelo Estado e por seus aparelhos resultam em vários enunciados ecológicos dispersos que fabricam ações, práticas e condutas ambientais desses sujeitos, contidos por uma dominação, contrariamente, pelos mesmos aparelhos que alimentam essa mesma máquina. Inocêncio (2019) coloca que esse sujeito ecológico tem sua experiência reduzida na modalidade “sujeito”, tornando-se um efeito desejável da noção de ecogovernamentalidade.

Uma segunda análise trazida neste mesmo contexto, é feita pela teórica Stephanie Rutherford (2007), a qual define a categoria aqui discutida como “cidadão verde” ou “*green citizen*”, considerado como uma geração de um tipo específico de sujeito, um sujeito “auto-governado”, surgindo na dimensão central da ecogovernamentalidade. Para a autora, em qualquer contexto, o cidadão verde é um exemplo de um governo à distância, por meio do qual o Estado (e seus aparelhos específicos) podem contar com estes cidadãos para se auto-regularem.

Analisando a formação de subjetividades ecológicas pela noção de ecogovernamentalidade discutida até aqui, para tentarmos compreender melhor como funciona esse novo tipo de comportamento proporcionado pelos discursos com viés ambiental, no qual o “cidadão verde” ou o sujeito ecológico administra o seu comportamento e o comportamento dos outros, para promover a saúde do meio ambiente, um exemplo “prático” do já mencionado autor Arun Agrawal nos tópicos anteriores, sobre esse tipo de comportamento, no qual o autor explora uma ideia de “governo íntimo” (2005, p. 278), onde os aldeões em Kumaon, no norte da Índia, tornaram-se “cidadãos ambientais” por meio de um processo de devolução de poder, tornando-se especialistas na gestão de suas próprias florestas

por meio de iniciativas de conservação voltadas para suas próprias práticas, bem como para as práticas de outros.

Assim, o autor ilustra como a produção de tipos específicos de conhecimento especializado (produtividade econômica das florestas) juntamente com as tecnologias específicas do governo (Conselhos de manejo florestal locais), podem alinhar o interesse individual com os do Estado, isso não pela imposição de resultados específicos, mas pela criação de estruturas que racionalizam o comportamento de maneiras particulares e envolvem os indivíduos no processo de definição e intervenção do problema. Esse tipo de análise fornece informações sobre como o território é colocado sob controle do Estado e como a regulação da interação humana com esse território é alcançada.

Sendo o ambiente transferido para a população e os cidadãos, estes são chamados a assumir o manto de salvar o meio ambiente de maneiras atraentes e simplistas, permitindo assim, uma auto-regulação de comportamento de maneira a surgir uma subjetividade conscientemente ambiental, onde o próprio governo dessa subjetividade pouco contribui para enfrentar a ordem neoliberal que contribui para os reais problemas ambientais (RUTHERFORD, 2007), ainda pela perspectiva da autora

Em termos de se tornar bons cidadãos ambientais, então, sabemos que existem maneiras imorais de encontrar a natureza, boas e más soluções para problemas ambientais e as ferramentas para que os indivíduos sejam responsáveis, pois suas ações já estão definidas - nós devemos apenas procurar aplicá-los em nossas vidas. (Luke apud RUTHERFORD, 2007, p. 299).

Dessa forma, ao implantar as noções sobre poder, biopolítica e a constituição de um novo tipo de subjetividade, que constituem a ecogovernamentalidade, tentamos mostrar como esses conceitos podem fornecer uma base sólida para se questionar a evidente e perigosa ascensão dos discursos e práticas ligadas às questões ambientais que visam o controle das almas a partir de dispositivos ecológicos.

3. NOS RASTROS DA ECOGOVERNAMENTALIDADE NO BRASIL

Ao pesquisar pela noção de ecogovernamentalidade no Brasil são poucas as referências que são encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações, mesmo como acontece no sistema Scielo e no Google acadêmico. Esta escassa produção contrasta com as pesquisas e livros encontrados fora do Brasil e com um percurso histórico mais longo. Não obstante, um dado importante que encontramos nas pesquisas realizadas nos sites é o número de trabalhos publicados na área de ciências sociais, o qual pode ser um indicador da importância do tema para nosso campo de estudo e atuação, além disto, o uso da ecogovernamentalidade, como conceito analítico, aponta para uma pesquisa interdisciplinar que reúne várias áreas do conhecimento, incluindo ciências sociais, política, economia e ecologia. A ecogovernamentalidade é importante para as ciências sociais porque oferece uma visão pós crítica⁵ sobre como as políticas ambientais são elaboradas e implementadas, bem como como as práticas de gestão de recursos naturais afetam as pessoas e as comunidades em diferentes níveis.

Dessa forma, a ecogovernamentalidade oferece uma perspectiva crítica e abrangente para a análise das questões ambientais, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que estão por trás da gestão ambiental e dos recursos naturais. Consequentemente, a ecogovernamentalidade é uma ferramenta valiosa para as ciências sociais, oferecendo insights importantes para a tomada de decisão informada e para a elaboração de políticas públicas mais justas e sustentáveis.

A partir deste entendimento, neste capítulo vamos mapear os percursos acadêmicos aqui no Brasil, pelos quais tem transitado a noção em tela. Com este objetivo, na continuação apresentamos os rastros de entrada da noção no mundo acadêmico brasileiro e, posteriormente, como o termo foi usado analiticamente em diferentes campos de estudo nas pesquisas universitárias.

⁵ Parte do pressuposto de que as teorias críticas têm limitações e não podem solucionar todos os problemas da sociedade. Essa abordagem procura desestabilizar os pressupostos e categorias pré-estabelecidos, bem como as certezas quanto ao caráter universal dos conceitos. A visão pós crítica propõe uma perspectiva mais plural e múltipla na análise, a partir do referencial elaborado pelos pós-estruturalistas, de questões sociais, culturais, políticas e econômicas, enfatizando a diversidade de pontos de vista e a complexidade do mundo contemporâneo.

3.1 A PORTA DE ENTRADA DA ECOGOVERNAMENTALIDADE NO BRASIL

No Brasil, a primeira referência à noção de ecogovernamentalidade aparece vinculada ao Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais (Nu-Sol), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a partir da publicação da revista *Ecopolítica*, a qual fazia parte do projeto financiado pela Fapesp e intitulado: “Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle”. É precisamente no primeiro número da *Ecopolítica*, lançado em 2011, que aparece pela primeira vez a expressão aqui trabalhada, “O primeiro número da revista *Ecopolítica* aborda e desdobra a atualidade do conceito de governamentalidade, dimensionado em ecogovernamentalidade”; (PASSETTI, 2011, p. 1). Não obstante, essa re-dimensionalidade gerada a partir da inquietação ecológica e expressada na introdução da revista *Ecopolítica*, dos dez artigos que compõem o número só dois apontam efetivamente a desdobrar a discussão da governamentalidade ecológica (ambos já mencionados neste trabalho).

O primeiro deles é o texto do pesquisador canadense Sébastien Malette, o qual desenvolveu a noção de ecogovernamentalidade no seu trabalho de doutorado na área de ciências políticas sob o título “*Green Governmentality and its Closeted Metaphysics: Toward an Ontological Relationality*” no ano 2004. O segundo trabalho é da professora colombiana, também vinculada à área de ciências políticas na Universidad Nacional de Colombia, Astrid Ulloa, cujo uso da ecogovernamentalidade se debruça sobre a noção de “nativo ecológico”.

Dessa forma, podemos sinalizar que foi o grupo de estudos NU-SOL, no ano 2011, sob a direção do filósofo Edson Passetti da PUC/SP, quem introduziu a noção da ecogovernamentalidade no Brasil e permitiu o desdobramento de importantes trabalhos acadêmicos, como veremos a seguir.

3.2 OS DESDOBRAMENTOS DO CONCEITO NOS TRABALHOS ACADÊMICOS

Ao pesquisar pela noção de ecogovernamentalidade no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, é possível constatar que transcorridos um pouco mais de uma década, foram poucos os trabalhos desenvolvidos nas universidades federais do país. Ao todo, de 2014 a 2019, foram produzidas quatro teses de doutorado. Número que contrasta com os 112 registros de artigos que aparecem no google acadêmico.

O primeiro trabalho doutoral, como era de se esperar, foi produzido na PUC/SP e pertence à área de sociologia. Intitulado “*Ecogovernamentalidade e meio ambiente urbano:*

uma análise sobre o Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande Vitória”, o trabalho pretende interpelar a participação social na formulação da política pública de manejo dos resíduos sólidos municipais. Contudo, chama nossa atenção duas coisas no uso da noção de ecogovernamentalidade: a primeira, é a ausência de autores destacados na construção da noção supracitada, assim, trabalhos que foram pioneiros no Brasil e mesmo aqueles que apresentamos na genealogia da noção, são substituídos por uma colocação generalizada onde podemos ler “o conceito cunhado por autores da Ecologia Política”; uma outra situação analisada na leitura do trabalho, é a falta de uma definição mais apurada da própria noção alvo desta pesquisa, pois ao falar de ecogovernamentalidade, o autor se limita a comentar que:

A noção de ecogovernamentalidade, assim, toma por base o montante das relações de saber-poder, no contexto biopolítico colocado identificado Foucault (2009) como “Estado Liberal”, ou seja, num contexto em que os aparatos institucionais agem no espaço público, por meio de mecanismos e tecnologias de controle da vida, utilizando-se para isso das estratégias da economia liberal, com fundamento no mercado e pouca relevância para a sociedade civil. (MOZINE, 2014, p.51)

Tal definição ainda está atrelada a toda uma analítica do poder presente nos trabalhos foucaultianos sintetizados no conceito de governamentalidade, mas não flui pelas vértices da questão ambiental como demanda a ecogovernamentalidade. Não obstante essa forma de apresentar a noção, a pesquisa aponta uma importante contribuição ao mencionar na parte final do trabalho que:

Deste ponto em diante, cabe traçar-se uma breve perspectiva sobre o processo de metropolização da RMGV com vistas às questões ambientais, procurando aprofundar sua relação com as políticas nacionais estudadas. **Além disso, o enfoque na formação dos planos locais de gestão de resíduos sólidos foram apresentados como exemplo desse processo de ecogovernamentalidade.** (MOZINE, 2014, p.111. destaque nosso)

Precisamente, é essa a intencionalidade metodológica da analítica foucaultiana: evidenciar o poder onde ele parece estar mais ausente, e Mazine nos convida a estar alertas, a ter uma perspectiva, não da sustentabilidade, mas sim da *suspeitabilidade*, para olhar com atenção aqueles dispositivos participativos que fazem parte de um marketing cuja função é nos convencer que vivemos em uma democracia participativa e ecológica.

O segundo trabalho doutoral, em ordem cronológica, elaborado no período pesquisado denomina-se “*Eco-governamentalidade e governança de recursos energéticos: entre a prática e o discurso na ação coletiva dos polos gaúchos de biodiesel e dos folhelhos texanos*”

de *Eagle Ford*”, produzida no programa do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

A pesquisa elaborada por Lima em 2016, visa tensionar a governança dos recursos energéticos a partir da governamentalidade e da ecogovernamentalidade, para tal fim, Lima elabora um primeiro capítulo introduzindo as noções supracitadas. No caso da governamentalidade, o trabalho recupera a discussão proposta pelo filósofo Michel Foucault, e que já foi discutida neste trabalho; no caso da ecogovernamentalidade, a tese apresenta um interessante aprofundamento a partir de dois autores, Timothy Luke e Arun Agrawal. De Luke, resgatamos aqui o recorte realizado por Lima apontando o que o professor do Departamento de Ciências Políticas da Universidade da Virgínia chama de panóptico ambiental⁶ formado a partir centros de *eco-knowledges*

[...] ou núcleos de eco-conhecimento, dispostos nos espaços normalmente gerados e ocupados pelas grandes corporações e agências oficiais de Estado. É a partir deles que emanam os procedimentos de controle e uso da natureza justificados pela necessidade de manejo equilibrado e gestão racional dos recursos naturais em um processo de vigilância e autovigilância semelhante ao panóptico social.

Dentro dessa lógica é que o autor sugere a formação do panóptico ambiental, no qual o meio-ambiente passa a ser sujeito de práticas de gestão e manejo de seus recursos, apoiado no discurso de equilíbrio e racionalidade na exploração de seus mecanismos e sistemas. (LIMA, 2016, p. 30)

Já na leitura de Agrawal, Lima destaca a importância do autor em oferecer chaves de leitura que permitem superar as dicotomias geradas pelo enfoque da ideologia como explicação do comportamento social. Assim, o que teríamos seria um processo mais complexo no qual os indivíduos são colocados e, contemporaneamente, estimulados pela questão ambiental:

[...] as novas práticas de gestão baseadas em ações coletivas se apresentariam como alternativas inéditas na modificação de formas tradicionais de relações de poder, e do rompimento entre a dicotomia de dominação e resistência. O processo estaria ligado essencialmente ao estímulo de grupos e indivíduos em vivenciar seu espaço, organizar seus pensamentos, e correlacionar sua consciência na condução de seus atos. (LIMA, 2016, p. 31)

⁶O panóptico é uma técnica arquitetônica e disciplinar criada por Jeremy Bentham no final do século XVIII. No entanto, tal conceito é aqui utilizado sob a perspectiva foucaultiana, que o utilizou para descrever não apenas um modelo arquitetônico, mas uma forma de poder e controle social que se estende a diferentes aspectos da vida cotidiana. Para Foucault, o panóptico é um dispositivo disciplinar que opera a partir do princípio da visibilidade, em que o sujeito se submete ao controle e à vigilância constante por meio do olhar do outro.

Com este arcabouço teórico, Lima analisa as propostas de governança de duas propostas energéticas presentes: a primeira no Brasil e vinculada à produção de biodiesel, e a outra, nos EUA, atrelada à produção de hidrocarbonetos não convencionais. Desde a analítica da ecogovernamentalidade, embora técnica e ambientalmente, se trate de produções diferentes, os discursos que os envolvem focam na produção de subjetividades legitimadoras de tais produções, colocando-as como explorações *nobres* e contrárias “ao maior ritmo e intensidade da exploração dos recursos energéticos” (LIMA, 2016, p. 260) e isto através dos centros de eco-conhecimento governamentais e não governamentais que Luke apontou como panóptico ambiental.

Além de enunciados sociais e nacionalistas, como soberania e potência energética, veiculada na divulgação das duas “paisagens energéticas” apresentadas por Lima, outros elementos discursivos são encontrados a partir dessa análise do poder ambiental. Estes elementos são de caráter ambiental, científico e tecnológico, cuja função é fazer acreditar que trata-se de produções de energia com as quais o futuro da humanidade se encaixa nas demandas da sustentabilidade (um outro elemento do panóptico ambiental):

Os dois setores lançam mão de critérios e de argumentos científicos semelhantes para edificar seus argumentos e construir pontos favoráveis na lógica de defesa de ambos os recursos. Tecnologia e inovação são, portanto, elementos bastante centrais nas campanhas e discursos oferecidos tanto pelas agroindústrias de biodiesel gaúchas quanto pelas companhias energéticas texanas, onde o biocombustível e os hidrocarbonetos não-convencionais são tratados como trajetórias, caminhos e processos garantidos para se chegar a um futuro energético ‘sustentável’. LIMA, 2016, p. 262).

Uma outra produção discursiva que envolve a discussão ambiental na produção energética, são os enunciados que remetem a uma “independência, a soberania e a consolidação da segurança energética”. Novamente, destaca-se o fato de tecnologias de exploração energética tão diferentes, mas ao mesmo tempo, contraproducentes com o meio ambiente, são cobertas de uma discursividade que faz delas palatáveis diante da sociedade. Fantasiadas com enunciados sociais e nacionalistas, como soberania e potência energética, tanto as tecnologias de produção de biodiesel como fracking, se inscrevem num projeto benéfico para a sociedade, que além de contar com um país robusto energeticamente, traz uma certa segurança com uma falsa independência diante do mundo globalizado, onde são as poderosas companhias transnacionais as que demarcam as fronteiras da soberania dos países

subdesenvolvidos e não, por exemplo, a PETROBRAS, embora seja ela um dos centros de eco-conhecimento que propaga este tipo de enunciados.

Finalmente, Lima descreve o quarto elemento discursivo que permite operar no governo das almas desde a questão ambiental. Este elemento é descrito por ele como o "espectáculo do desenvolvimento" significando a posta em ação de toda uma cadeia produtiva que oscila imagetivamente entre a geração de empregos e a (re)ativação industrial do país, não obstante isto signifique na práticas exploração de mão de obra nas lavouras, fortalecimento de setores vinculados ao agronegócio e subsídios para manter a indústria em épocas de crises global de competitividade.

Seguindo os rastros das pesquisas realizadas nas universidades federais sobre a ecogovernamentalidade, encontramos um terceiro trabalho no Catálogo de Teses e Dissertações denominado "*Virada ecológica e ecogovernamentalidade: uma analítica foucaultiana do sujeito ecológico na agroecopedagogia pernambucana*" (MOSQUERA, 2018). Nesta pesquisa o autor tenciona o sujeito ecológico presente na educação agroecológica, especificamente, naquilo que ele denomina agroecopedagogia. Para tal fim, o autor mobiliza as contribuições teóricas de Malette (2011) relacionadas à ecogovernamentalidade e a metodologia arqueogenealógica proposta por Michel Foucault.

A partir do arcabouço metodológico, a pesquisa apresenta um mapa, ou na interpretação deleuziana de Foucault, um *arquivo* da agroecologia, no qual é possível visibilizar as pontes que a agroecologia constrói com outros dispositivos do conhecimento e institucionais, igualmente, o trabalho permite identificar as bases pedagógicas pelas quais transita esta nova ciência e movimento social, sendo elas atreladas à educação popular; este link identificado com a teoria freiriana permite realizar aquilo que o autor denomina uma *dobra espiritual* na qual emerge uma multi natureza que rompe com o imperialismo conceitual de uma única natureza ocidentalizada, e surge também uma outra figura do educador, denominado *feiticeiro agroecológico*, o qual apresenta uma educação que visa a constituição de sujeitos éticos.

O quarto trabalho realizado desde a emergência da ecogovernamentalidade no Brasil remete à tese de Adalberto Ferdnando Inocêncio (2019), intitulada "*Em Derivas Da Ecogovernamentalidade: A Construção De Territórios Existenciais Por Meio Das Tecnologias De Si*" e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina. Nesta pesquisa, seu autor procura entender desde uma perspectiva pós-estruturalista, a relação entre a hiperpublicitada crise ambiental e a criação de novas subjetividades contemporâneas.

Na construção do arcabouço teórico desde o qual dar conta da inquietação entre crise ambiental/subjetividade, Inocêncio (2019) se fundamenta em trabalhos já mencionados na primeira parte desta pesquisa. Trata-se do primeiro número da *Ecopolítica*, da obra de Malette, onde aparece pela primeira vez a expressão ecogovernamentalidade e, de forma mais robusta, dos trabalhos sobre governamentalidade e biopolítica de Michel Foucault. Embora os trabalhos do professor de Ciências Políticas na Virginia, sejam de longe os que mais aportam na discussão da ecogovernamentalidade, Inocêncio termina por minimizar esta importância para dar um espaço mais destacado à *Ecopolítica* e ao próprio Foucault. Neste último, a tese em questão recupera a noção de meio utilizada discretamente nos trabalhos do filósofo de Poitiers. Contudo, a pesquisa apresenta uma interessante construção da ecogovernamentalidade que permite analisar e compreender melhor a atuação de toda uma série de dispositivos educacionais e legais que trabalham quase articuladamente em defesa, não do meio ambiente, mas sim de sua discursividade e das relações de poder veiculadas a partir dela.

Uma originalidade presente no trabalho aqui descrito talvez se encontre na *virada* que oferece à ecogovernamentalidade. *Perverter a ecogovernamentalidade*, para ser mais coerente com o autor e utilizar sua própria expressão, perpassa pela desconstrução de uma educação maior vinculada à questão ambiental e levá-la a transitar por uma educação menor não institucionalizada nem dependente de certos circuitos do poder e que opera como linhas de fuga, que o autor materializa

numa atualização para a noção de meio, na definição dada por Foucault, apresentada neste trabalho: o meio é resultante de certo número de efeitos sobre ele e sobre todos os que aí residem. O meio pode ser expressão de um conjunto de formas, mas também de forças e intensidades que sobre ele se projetam, eis o **protesto e a recusa às sujeições**. (INOCÊNCIO, 2019, p. 241-242. Destaque nosso).

Pois ao falar de “construção de territórios existenciais” como derivas à ecogovernamentalidade, tal como é intitulada sua pesquisa, Inocêncio convida a experimentar a vida como aquilo que somos, uma potência que pode redefinir o meio (ambiente) sem reproduzir as codificações das palavras de ordem impostas pelo ambientalismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Surgindo como uma categoria de análise para examinar o debate acerca das questões ambientais, a ecogovernamentalidade ganha notoriedade em um contexto global de preocupação crescente com a crise ambiental e a necessidade de proteger o meio ambiente. Esse contexto inclui a crescente conscientização sobre as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a poluição, a escassez de recursos naturais, etc. Ao mesmo tempo, há pressões econômicas, políticas e sociais para conciliar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano. Isso exige governança ambiental efetiva, que envolve a regulação e o monitoramento de atividades econômicas, sociais e subjetivas. Assim, a ecogovernamentalidade se torna uma noção fundamental para lidar com esses desafios. Ela se torna uma ferramenta importante para enfrentar as crescentes problemáticas ambientais.

Retomando aos objetivos específicos para se alcançar a pretensão geral de verificar os possíveis usos da ecogovernamentalidade para problematizar temas vinculados à questão ambiental, tentamos entender como a associação de governamentalidade e ecologia interagem e entendem a questão ambiental. Tal relação envolve entender como o Estado e outras instituições de governança influenciam e moldam as relações humanas com o meio ambiente. A governamentalidade refere-se à como o poder é exercido e governado em uma sociedade, enquanto a ecologia é o estudo das relações dos organismos vivos com seu ambiente.

Em termos de questões ambientais, a governamentalidade e a ecologia interagem de várias maneiras. Em primeiro lugar, as instituições governamentais têm o papel de regular e controlar o uso dos recursos naturais e a poluição ambiental através da criação de políticas ambientais e de leis que incentivam a sustentabilidade. Desse modo, o Estado pode intervir para prevenir ações predatórias e prevenir desastres ambientais.

Além disso, a governamentalidade se une ao discurso da ecologia para promover a conscientização ambiental em seus cidadãos, com campanhas de incentivo à reciclagem, redução de desperdícios e consciência ambiental. Isso leva a uma compreensão mais integrada do ambiente e incentiva a sociedade a adotar comportamentos mais "verdes".

Ainda na tentativa de cumprir um dos objetivos do presente trabalho e a partir das perspectivas estudadas até aqui, podemos dizer que a noção de ecogovernamentalidade pode ser usada para analisar as práticas e estratégias de governança ambiental e sua relação com a sustentabilidade e os problemas ambientais. Alguns possíveis usos da ecogovernamentalidade no discurso da sustentabilidade e dos problemas ambientais são: a análise das políticas e práticas de gestão ambiental, que podem ser usadas para entender como elas podem ser

moldadas por diferentes discursos e práticas de governança. Um exemplo que podemos citar pode ser analisar como as práticas de monitoramento e controle ambiental são influenciados pelos interesses de diferentes atores, como empresas, ONGs, governos e comunidades locais.

Como traz Luke (1997a) quando usa o exemplo da ONG *Worldwatch Institute*⁷ que ele afirma operar através da produção de discursos de desenvolvimento e funções sustentáveis globais como um dos principais atores, em conjunto com o governo e as empresas, na formação da ecogovernamentalidade. Um segundo uso que consideramos seria a análise das estratégias de comunicação e marketing ambiental: a ecogovernamentalidade pode ser usada para analisar como as empresas e organizações utilizam estratégias de comunicação e marketing ambiental para construir uma imagem de responsabilidade e sustentabilidade.

Dessa forma, pode-se entender como essas estratégias são utilizadas para legitimar práticas insustentáveis ou gerar mudanças efetivas na gestão ambiental. Como apresenta Inocêncio (2020) ao analisar as táticas de propagandas lidas como mecanismos de convencimento para a compra e o consumo de produtos que utilizam como slogans enunciados que se apoiam no discurso da sustentabilidade.

Continuando nessa linha de raciocínio, um terceiro uso seria a análise das práticas de participação e engajamento. Essa abordagem pode incentivar a adoção de práticas sustentáveis em empresas e indivíduos, incentivando a responsabilidade ambiental, produzidas pela ecogovernamentalidade através dos sujeitos ecológicos, que são utilizados pelos governos, empresas e organizações para envolver os cidadãos e as comunidades locais na tomada de decisões ambientais. Isso pode fornecer um insight sobre como essas práticas podem ser mais efetivas em promover a sustentabilidade e resolver os problemas ambientais.

Um último uso da ecogovernamentalidade que sugerimos seria a análise das relações entre poder, saber e tecnologia, podendo entender como essas relações influenciam as práticas e estratégias de governança ambiental. Por exemplo, pode-se analisar como as tecnologias ambientais são desenvolvidas e implementadas em parceria com empresas, governos e instituições acadêmicas, e como essas parcerias afetam a sustentabilidade e os problemas ambientais.

Por fim, podemos considerar que ecogovernamentalidade é uma categoria que tem se destacado nas pesquisas acadêmicas na área de estudos ambientais e de governança ambiental nas últimas décadas. Inicialmente desenvolvida nos anos 90, tal noção tem sido objeto de interesse e pesquisa por uma variedade de acadêmicos e pesquisadores, como exemplificamos

⁷ organização não-governamental de pesquisa preocupada com questões ambientais globais. (www.worldwatch.org/)

até aqui. Alguns estudiosos consideram a ecogovernamentalidade como uma abordagem crucial para enfrentar os desafios do século XXI em relação à governança ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Porém, é importante ressaltar que ainda existem lacunas nas pesquisas sobre ecogovernamentalidade, particularmente em relação a sua operacionalização e interface com outras áreas da governança ambiental, assim como suas limitações e desafios. Por isso, consideramos que a ecogovernamentalidade ainda apresenta um campo fértil para pesquisas e debates futuros.

Considerando a ecogovernamentalidade como uma noção ainda embrionária, podemos refletir, com base na discussão proposta até aqui, que esta pode vir a ser uma importante ferramenta para se pensar a construção de uma série de técnicas e estratégias específicas que se formam nas sociedades contemporâneas para se falar da problemática crescente dentro do campo ambiental. Incluindo a regulação legal, educação ambiental, a pesquisa científica, a gestão dos recursos naturais e a política ambiental.

Sendo uma extensão dos conceitos foucaultianos de governamentalidade e biopolítica, a ecogovernamentalidade nos mostra que a gestão ambiental não é apenas uma questão técnica, mas está profundamente enraizada em questões políticas, econômicas e sociais. Por isso, aplicar uma analítica do poder nas relações estabelecidas pela questão ambiental com os indivíduos, a sociedade e a própria natureza torna-se um imperativo ético que finalmente resgatará a função da crítica em um mundo globalizado e cada vez mais fechado nos consensos.

5. REFERÊNCIAS

AGRAWAL, Arun; **Environmentality: technologies of government and the making of subjects.** 2005. Disponível em <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/3896/environmentality-technologies-of-government-and-the-making-of-subjects.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2023.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Sujeito ecológico: a dimensão subjetiva da ecologia**, p. 1-4, 2017. Disponível em: http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=193843. Acesso em: 3 de abril de 2023.

DARIER, E. Foucault and the Environment: An Introduction. In Darier, E. **Discourses of Environment.** Oxford: Blackwell, 1999.

FOUCAULT, M. “*A governamentalidade*” In **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza, 163-172, 1978.

_____. **Segurança, território e população.** Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

INOCÊNCIO, ADALBERTO FERDANDO. **Derivas da ecogovernamentalidade: a construção de territórios existenciais por meio das tecnologias de si.** 2019. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando; OLIVEIRA, Moisés Alves. **Marketing verde: tentáculos da ecogovernamentalidade no mercado das subjetividades.** *Perspectiva*, v. 38, n. 3, p. 1-21, 2020.

LIMA, ARNOLDO SANTOS DE. **Eco-governamentalidade e governança de recursos energéticos: entre a prática e o discurso na ação coletiva dos polos gaúchos de biodiesel e**

dos folhelhos texanos de Eagle Ford. 2016. Tese (Doutorado no Centro de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

LUKE T. W. **Ecocritique: contesting the politics of nature, economy, and culture.** Minneapolis: University of Minnesota Press. 1997a:

_____. **Ecocritique in context: technology, democracy and capitalism as environment.** Paper presented at the IGCC/MacArthur Scholars Seminar on International Environmental Policy, Newport Beach, CA, 31 May to 1 June 1998, 1–27. 1998

_____. Environmentalism as Green Governmentality. In Darier, E. **Discourses of Environment.** Oxford: Blackwell, 1999. p. 121-152

MALETTE, Sébastien. **Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade.** Revista Ecológica, n. 1, p. 4-25, 2011.

_____. **Green governmentality and its closeted metaphysics: toward an ontological relationality.** 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) - University of Victoria, Canadá, 2010.

MOSQUERA, Oscar Emerson Zúñiga. **VIRADA ECOLÓGICA E ECOGOVERNAMENTALIDADE: uma analítica foucaultiana do sujeito ecológico na agroecopedagogia pernambucana.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2018.

MOZINE, Augusto Cesar Salomão. **Ecogovernamentalidade e meio ambiente urbano: uma análise sobre o Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande Vitória.** 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

OELS, Angela. **Rendering climate change governable: From biopower to advanced liberal government?** Journal of environmental policy & planning, v. 7, n. 3, p. 185-207, 2005.

ULLOA, Astrid. **A ecogovernamentalidade e suas contradições**. Revista Ecológica, n. 1, p. 26-42, 2011.

RUTHERFORD, P. The Entry of Life into History. In Darier, E. **Discourses of the Environment**. Oxford: Blackwell, 1999. p. 37-63

_____. **Policing nature: ecology, natural sciences and bio-politics**. In O'Farrel, C., editor, Foucault: the legacy, Proceedings of the Foucault: The Legacy Conference held in Australia, 1994, Kelvin Grove, QLD: University of Queensland, 546-62. 2002

_____ Ecological Modernization and Environmental Risk. In Darier, E. **Discourses of Environment**. Oxford: Blackwell, 1999. p. 95-119

RUTHERFORD, S. Green governmentality: insights and opportunities in the study of nature's rule. **Progress in human geography**, v. 31, n. 3, p. 291-307, 2007.